

Notas sobre a participação partidária das comunistas no Brasil

The partisan participation of the female communists in Brazil

Theófilo Machado Rodrigues*

Resumo: Há no estado da arte da historiografia que relaciona política e mulheres no Brasil ainda uma lacuna. Um determinado grupo de mulheres teve participação ativa na construção democrática do país durante o século XX, mas não obteve a mesma atenção por parte da literatura na construção de sua identidade e do seu direito à memória. Trata-se das mulheres comunistas, ou seja, aquelas que se organizaram ao longo da história no Partido Comunista do Brasil. A hipótese do presente artigo é a de que a recente autoidentificação do PC do B como o “Partido das Mulheres”, como veremos na última seção do artigo, não faz parte da gênese do partido na década de 20, mas sim de uma construção histórica que tem início em fins da década de 40 e que ganha maior fôlego na Nova República, quando o PC do B passa a ser, proporcionalmente, o partido com maior representação de mulheres em sua bancada parlamentar.

Palavras-chave: Partido Comunista. Mulheres. Brasil.

Abstract: There is a gap in the historiography that relates politics and women in Brazil. A group of women participated actively in the democratic construction of the country during the twentieth century, but did not obtain the same attention by literature in the construction of their identity and their memory. It is about communist women, the ones who have been organized throughout history in the Communist Party of Brazil. The hypothesis of the present article is that the recent self-identification of PCdoB as the "Women's Party", as we shall see in the last section of the article, is not part of the party's genesis in the 1920s, but rather of a historical construction that has beginning in the late 1940s and gaining more momentum in the New Republic, when the PC do B becomes proportionately the party with the largest representation of women in its parliamentary seat.

Keywords: Communist Party. Women. Brazil.

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Mestre em Ciência Política pela UFF.

Introdução

No dia primeiro de janeiro de 2011, subiu a rampa do Palácio do Planalto a primeira presidente mulher na história do Brasil. Militante política e ex-guerrilheira, Dilma Rousseff foi eleita no segundo turno das eleições presidenciais de 2010 pelo Partido dos Trabalhadores, um marco simbólico da chegada das mulheres ao poder no país. Esse evento histórico despertou interesse na academia por meio de diversos estudos que relacionam as questões de gênero e política. Este tema, contudo, já ocupava certo espaço nas agendas de pesquisa há algum tempo. Nas últimas décadas, a historiografia internacional passou a voltar seus olhos para a chamada “história das mulheres” de forma mais consistente. “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana?”, pergunta Joan Scott (1990, p. 93). No nosso caso, cabe destacar o sucesso de coletâneas como *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore em 1997 e vencedor do Prêmio Jabuti, o *Dicionário Mulheres do Brasil*, de Schumacher e Brazil (2000), a *Nova História das Mulheres no Brasil*, de Pinsky e Pedro (2012), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, de Venturi e Godinho (2013) e *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*, de Blay e Avelar (2019). Na área de estudos que relacionam gênero e política institucional, mais precisamente, podemos citar as pesquisas de Avelar (1989 e 2001), Ridenti (1990), Blay (2001), Araújo (2001a, 2001b, 2005 e 2010), Bohn (2009), Abreu (2011), Alves, Pinto e Jordão (2012), Mota e Biroli (2014) e Biroli (2018) entre tantas outras.

Há, contudo, um ponto cego no estado da arte dessa historiografia que relaciona política e mulheres no Brasil. Um determinado grupo de mulheres teve participação ativa na construção democrática do país durante o século XX, mas não obteve a mesma atenção por parte da literatura na construção de sua identidade e do direito à memória. Trata-se das mulheres comunistas, ou seja, daquelas que se organizaram ao longo da história no Partido Comunista do Brasil. Ainda que seja possível encontrar na literatura especializada alguns trabalhos sobre a história

política das mulheres no Brasil¹, praticamente não há nada publicado ou sistematizado sobre a história específica de atuação das comunistas². O que encontramos são, muitas vezes, apenas comentários esparsos sobre essas mulheres, sem que haja uma construção coerente sobre suas biografias em articulação com a história do partido.

A hipótese que apresento é a de que a recente identificação do PCdoB como o “Partido das Mulheres”, como veremos na última seção do artigo, não faz parte da gênese do partido na década de 20, mas sim de uma construção histórica que tem início em fins da década de 40 e que ganha maior fôlego na Nova República³. Não há como entendermos a atual insígnia “Partido das mulheres”, ou a memória edificada, sem compreendermos o processo histórico das militantes comunistas como agentes de construção do partido desde 1947, ano em que a primeira parlamentar comunista foi eleita, até os dias de hoje. Assim, o presente artigo investiga a história das militantes do Partido Comunista do Brasil desde a fundação do partido em 1922 até os dias atuais.

O artigo está dividido em quatro seções, ou fases, que acompanham a trajetória histórica do país desde o momento de formação do Partido Comunista do Brasil. A primeira fase (1922-1946) representa o momento de fundação do partido até a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Nesta primeira fase ainda não são encontrados com facilidade registros de militância feminina no partido. A segunda fase (1946-1964) se inicia com a Assembleia Nacional Constituinte e termina com o golpe militar de 1964. Nesta fase, começam a surgir os primeiros registros das militantes comunistas, em especial as parlamentares eleitas nas assembleias estaduais constituintes de 1947. Também neste momento analisaremos as trajetórias das comunistas envolvidas na área cultural. A terceira fase (1964-1979) representa o período histórico da ditadura civil-militar no Brasil. Será observado em especial a Guerrilha do Araguaia, principal foco de atuação dos comunistas neste período, mas também as mulheres comunistas que foram para a Albânia trabalhar na Rádio

¹ O trabalho de Marcelo Ridenti (1990) sobre o papel das mulheres durante a ditadura militar é um exemplo entre muitos.

² Podemos citar como poucas exceções os trabalhos de Viviane Maria Zeni (2008) sobre as comunistas no Paraná na década de 40 e 50 e de Dayane Hessmann (2010) sobre as mulheres comunistas no período da ditadura militar.

³ Por Nova República entende-se o período histórico que vai da redemocratização, em 1985, até os dias atuais.

Tirana. Por fim, a quarta fase (1979-2018) representa o período da redemocratização até os dias de hoje. Nesta fase, será observada em especial a trajetória das parlamentares comunistas eleitas por todo o Brasil⁴.

Apesar da pesquisa tratar do tema da memória, não foram utilizados apenas recursos metodológicos da história oral, na medida em que não foram recolhidos novos depoimentos ou entrevistas dos atores envolvidos (AMADO; FERREIRA, 1998). Os depoimentos e entrevistas selecionados foram obtidos na imprensa, na bibliografia especializada ou em publicações recentes, como a coletânea de entrevistas *Repressão e direito à resistência*, organizada pelo PCdoB. Além disso, foram analisados documentos e resoluções históricas que constam em arquivos como o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ, no IFCS-UFRJ, ou que foram editadas em revistas, como é o caso das intervenções do IV Congresso do PCB que foram publicadas em 1954 na *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*. Os dados referentes ao tamanho das bancadas eleitas na Nova República foram extraídos do *site* da Câmara dos Deputados. Por fim, as composições das direções nacionais dos partidos de esquerda foram encontradas nos *sites* dos respectivos partidos.

A gênese masculina do Partido Comunista do Brasil(1922-1945)

Um leitor atento da bibliografia sobre a fase histórica que vai da fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, até a Assembleia Nacional Constituinte, de 1945, perceberá que nenhuma militante comunista é retratada ou mesmo citada na maior parte da literatura. Basta observar, por exemplo, algumas obras de autores que investigam o período como Pereira (1979), Carone (1982), Zaidan Filho (1985) e Buonicoree Ruy (2010).

O Partido Comunista do Brasil foi fundado na cidade de Niterói-RJ em 25 de março de 1922 com a presença de 9 delegados que representavam naquele momento 73 filiados em todo o país. Todos os nove delegados neste momento de fundação partidária eram homens: Abílio de Nequete; Astrojildo Pereira; Cristiano Cordeiro; Hermogênio Silva; João Jorge da Costa Pimenta; Joaquim Barbosa; José Elias da Silva; Manoel Cendón; e Luiz Peres. Embora não haja registro sobre os 73 filiados,

⁴ Como a trajetória do PCB após a ruptura de 1962 foi de declínio permanente e sem participação parlamentar, optamos por acompanhar a trajetória do PCdoB a partir da ditadura militar e, principalmente, na Nova República.

podemos imaginar que deveriam ser todos, ou quase todos, homens. Apesar dessa condição masculina da primeira direção do Partido Comunista do Brasil, é sabido que as mulheres operárias já se organizavam naquele momento no país. Segundo Margareth Rago,

As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres (RAGO, 2010, p. 594-595).

Os partidos políticos refletem e são diretamente influenciados pela realidade concreta em que estão inseridos. Com o Partido Comunista não poderia ser diferente. Originado em um país de relações patriarcais fortíssimas, o Partido Comunista tendia a reproduzir esta mesma lógica através de uma hierarquia dominada pelos homens. Esta realidade do Partido Comunista do Brasil incomodava inclusive a Internacional Comunista, ou, como também era chamada, a Terceira Internacional. Nas palavras de Dina Lida Kinoshita, em palestra proferida na abertura do I Encontro Nacional de Mulheres (2003), “são poucas as mulheres que militaram no Partido na primeira década de sua existência. Isto pode ser atestado por uma carta enviada pela IC, reclamando da pequena participação feminina”.

O incômodo da Terceira Internacional era justificado. Esse cenário brasileiro não era necessariamente o mesmo no resto do mundo, ou, ao menos, em três países de grande relevância como Rússia, Alemanha e Estados Unidos. No caso russo, seja no originário POSDR, seja depois no Partido Comunista da União Soviética, nomes como Vera Zaslitch, Alexandra Kollontai, Olga Kameneva, Inês Armand, Nadejda Krupskaja e Konkordiya Samoiloვა foram fundamentais para a formação da organização partidária comunista. Na Alemanha, entre os principais fundadores do Partido Comunista da Alemanha, o KPD, estavam Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, ainda que a segunda tenha sido covardemente assassinada apenas um mês após a fundação do partido. Entre os estadunidenses, a participação feminina também foi constitutiva da gênese comunista. Entre as fundadoras do Partido Comunista dos EUA, em 1919, estavam Ella Reeve Bloor, Anita Whitney, Margaret Prevey, Kate

Sadler Greenhalgh, Rose Pastor Stokes e Jeanette Pearl. De acordo com Angela Davis, essa forte presença feminina no Partido Comunista dos EUA tem uma razão histórica. A maior parte das fundadoras do Partido Comunista dos EUA já militava anteriormente no Partido Socialista, criado em 1900, que contava com uma comissão nacional de mulheres e que lutava pelo sufrágio igualitário (DAVIS, 2016). O Brasil, portanto, destoava dos exemplos anteriores. De acordo com Kinoshita, seria apenas em 1927 que encontraríamos o primeiro registro de filiação de uma comunista no PCB.

Apesar de tudo, para surpresa de todas nós, tendo acesso recente a um arquivo referente a brasileiros e brasileiras que tiveram atuação junto à Internacional Comunista, lá consta o ingresso da paraense Erecinha Borges de Souza no PCB em 1927; foi membro do CC e do seu Bureau Político entre janeiro de 1931 e agosto de 1932. Acabou indo a Moscou, onde assumiu tarefas no Secretariado da América do Sul e Central. Casou-se com um companheiro do PC dos EUA e fixou residência em Nova York onde trabalhou nas organizações da “American League for Peace and Democracy, SpecialCommitte for Friends of Brazil” (KINOSHITA, 2003).

A partir de então, principalmente com o início da década de 30, os relatos sobre a entrada de mulheres no Partido Comunista começam a surgir. Foi nesse momento, por exemplo, que Patrícia Galvão, a Pagu, filiou-se ao partido. Jornalista, escritora e poeta, figura importante do movimento modernista, Pagu publicou sob o pseudônimo Mara Lobo o romance *Parque industrial*, uma bela, porém triste descrição da vida das operárias de seu tempo (RAGO, 2010). Por seu voluntarismo, tanto a escritora quanto seu marido, Oswald de Andrade, eram mal vistos pelos militantes do partido. Pagu permaneceu no PCB por toda a década de 30 até romper no início dos anos 40 e seguir pelas trilhas do trotskismo e se filiar ao PSB na década de 50 (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000). Trajetória um pouco semelhante teve a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, Raquel de Queiroz. Assim como Pagu, Queiroz entrou para o PCB no início dos anos 30, aproximou-se do trotskismo e abandonou o partido no início dos anos 40. Mas, diferente de Pagu, Raquel de Queiroz fez uma mudança ideológica brusca e, nos anos 60, filiou-se ao partido de sustentação da ditadura militar, a ARENA. A médica psiquiatra Nise da Silveira foi outro nome que passou pelo PCB no início dos anos 30. Mas sua passagem foi ainda mais traumática. Assim como ocorreu com Pagu, Nise também foi

malvista e acabou expulsa do partido. O depoimento que deu para Dulce Pandolfi é revelador daquele momento histórico do obreirismo comunista⁵:

Eu queria fazer concurso para médica do hospital. Os companheiros não aprovavam que eu me dedicasse tanto ao concurso. Eu estudava, de manhã, de tarde e de noite. Meu chefe de célula, um alfaiate, me repreendia fortemente. (...) Acabaram me expulsando, acusada de trotskista. Eu não era trotskista (PANDOLFI, 1995, p. 101).

No decorrer dos acontecimentos das insurreições de 1935 promovida pela Aliança Nacional Libertadora, ANL, e que os militares convencionaram chamar de a Intentona Comunista, Nise da Silveira foi presa junto com a escritora comunista Eneida de Moraes. Eneida havia se filiado ao PCB em 1932, em São Paulo, onde atuou na imprensa comunista. “De acordo com as orientações do partido, recebe o pseudônimo de NAT e fica responsável pela recepção e distribuição de correspondências, além da redação de jornais de célula, panfletos e volantes”, nos diz Eunice Ferreira dos Santos (2005) em sua pesquisa sobre a vida de Eneida. As duas, Nise e Eneida, são personagens do clássico de Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, com quem conviveram na prisão naquele ano de 1936. Diga-se de passagem, a forma como Graciliano descreve em *Memórias do Cárcere* como conheceu Eneida na Casa de Detenção do Rio de Janeiro é curiosa:

Tentei avaliar o tamanho da sala 4, observar o espaço restrito, visível obliquamente. Vigorosa conversa política ali se desenvolvia, a pouca distância, dominada por um vozeirão de instrutor. Quem seria aquela mulher de fala dura e enérgica? (...) Despedi-me de Nise e desci, uma pergunta a verrumar-me, insistente, os miolos: quem seria a criatura feminina de pulmões tão rijos e garganta macha? (...) Foi Valdemar Bessa quem me satisfez a curiosidade: a mulher de voz forte era Eneida. E apertava-se uma dúzia delas na sala 4. Olga Prestes, Elisa Berger, Cármen Ghioldi, Maria Werneck, Rosa Meireles, outras (RAMOS, 1969, p. 190).

Caso interessante é também o de Antonieta Campos da Paz. Em 1935, após ver seu marido e seu sogro presos em decorrência das insurreições daquele ano, Antonieta filiou-se ao Partido Comunista do Brasil e iniciou uma ampla campanha de solidariedade aos presos políticos⁶. Em sua autobiografia, que consta do acervo da AMORJ, Antonieta lembra que junto com outras mulheres, mimeografou

⁵ O obreirismo foi uma tendência ideológica presente no PCB no início dos anos 30 que considerava que apenas os operários reuniam condições para participar do partido (HENN, 2012).

⁶ Seu acervo encontra-se atualmente no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ, no IFCS-UFRJ.

clandestinamente um memorial assinado por 180 intelectuais e militares encarcerados, onde eles denunciavam as arbitrariedades cometidas contra os presos políticos.

O caso mais polêmico da história do PCB nesse período foi, no entanto, o que envolveu a jovem militante comunista Elvira CupelloCalônio, que atuava sob o codinome Elza Fernandes. Elza, uma jovem de 16 anos, era a companheira do secretário geral do partido, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda. Sua relação com Miranda permitia que a jovem participasse de muitas das importantes reuniões da direção do PCB naquele momento, inclusive daquelas que prepararam as insurreições de 35. Com a derrota, praticamente todos os dirigentes do partido foram presos, inclusive Luís Carlos Prestes. Por ter sido rapidamente posta em liberdade, diferente do que ocorreu com seus companheiros, logo surgiu a suspeita, nunca comprovada, de que Elza seria uma traidora. Assim, Prestes teria ordenado aos dirigentes do PCB que estavam em liberdade que Elza fosse condenada. Em março de 1936, a jovem garota foi assassinada por seus companheiros de partido (RODRIGUES, 2009).

Não obstante os casos esporádicos, a primeira fase do Partido Comunista foi claramente masculina. Sobre essa dificuldade da igualdade de gênero no interior do partido nesse momento inicial de construção, Eva Blay nos diz o seguinte:

No PC a diferenciação de gênero continuava marcante: as mulheres se encarregavam das tarefas ‘femininas’ na vida cotidiana do Partido. Extremamente ativas, desenvolveram ações externas de organização sem ocupar qualquer cargo importante na hierarquia partidária. Atuavam, por exemplo, junto a crianças das favelas ou dos cortiços, organizavam colônias de férias, supondo que poderiam ensinar às crianças novos valores (BLAY, 2001, p. 606).

As comunistas na República de 46⁷(1946-1964)

Em 1945, foi realizada a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, momento em que o PCB saiu da clandestinidade e elegeu 14 deputados federais e 1 senador, Luiz Carlos Prestes. Os deputados comunistas eleitos foram: Carlos Marighela (Bahia); Agostinho de Oliveira, Alcedo Coutinho e Gregório Bezerra (Pernambuco); Batista Neto, João Amazonas e Maurício Grabois (Distrito Federal);

⁷ O período que vai de 1946 até 1964 recebeu diversas denominações na historiografia. Carone (1980) a define como a “Quarta República”. Schmitt (2000) a entende como “Terceira República”. Outros autores, para desqualificar a experiência democrática, preferem a denominação “República Populista” (FERREIRA, 2010). Para evitar confusões, utilizo a expressão “República de 46”.

Alcides Sabença e Claudino Silva (Rio de Janeiro); Caires de Brito, Jorge Amado, José Maria Crispim e Osvaldo Pacheco (São Paulo); Abílio Fernandes (Rio Grande do Sul). Como podemos observar, em 1945 todos os parlamentares comunistas eleitos eram homens.

Foi apenas com as eleições para as Constituintes Estaduais em 1947 que o PCB elegeu suas primeiras parlamentares mulheres. Podemos nos lembrar, por exemplo, de Adalgisa Cavalcanti, que em 1947 foi eleita a primeira mulher deputada estadual de Pernambuco. Nascida em 28 de julho de 1907, Adalgisa filiou-se ao PCB no ano de 1945, apesar de ter iniciado seu contato com a literatura marxista bem antes, algo raro na época (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000). Outra parlamentar comunista foi Zuleika Alambert. Nascida em 23 de dezembro de 1922 na cidade de Santos-SP, Zuleika candidatou-se para a constituinte estadual obtendo 4.654 votos. Chegou a primeira suplente e assumiu o mandato logo em seguida. Sobre a participação de Alambert na direção do partido há certa contradição na literatura. Segundo Blay (2001, p. 606), “Zuleika Alembert, a primeira mulher a fazer parte da alta hierarquia do PC, eleita deputada estadual por São Paulo em 1945, foi expulsa do Partido quando fez críticas feministas denunciando a sujeição da mulher em seu próprio partido”. O *Dicionário Mulheres do Brasil*, no entanto, não registra esse fato. Ao contrário, o *Dicionário* sustenta que, como “membro do órgão máximo do seu partido, o Comitê Central, propôs a elaboração de uma política específica para as mulheres, aprovada pelo PCB em 1980” (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 534).

No ano seguinte também ocorreram eleições para as Câmaras de Vereadores. Nesse contexto, a comunista Julieta Batistioli, uma simples operária da indústria têxtil, foi a primeira mulher vereadora de Porto Alegre, em 1948. Como o registro eleitoral do partido havia sido cassado no ano anterior, Julieta foi candidata pelo Partido Social Progressista, PSP, legenda que abrigou os comunistas gaúchos (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000). Em São Paulo, Elisa Kaufman Abramovich, pedagoga, foi a vereadora mais votada para a Câmara Municipal e líder da bancada comunista. Devemos enfatizar também o nome de Eloíza Felizardo Prestes, irmã de Luiz Carlos Prestes. Eloíza filiou-se ao PCB em 1945, onde foi ativa militante. Foi candidata a vereadora, pelo PCB, em 1947, no Rio de Janeiro, tendo sido 2ª. suplente de vereador. Com o fechamento do PCB, foi trabalhar como secretária no jornal “O

Momento Feminino”, militando nas organizações femininas de esquerda da época⁸. Também trabalhou na revista “Problemas”, do PCB⁹.

Não obstante a participação na política fosse fundamental, há de se realçar a participação das comunistas também na área cultural, em particular na década de 50. Assim, podemos citar os nomes de Maria Helena Prado, Deocélia Vianna e Maria Vidal. Esposa de Caio Prado Jr, Maria Helena Prado foi presidente da Federação das Mulheres. Já Deocélia Vianna formou com Oduvaldo Vianna, pai, um dos casais comunistas mais influentes no meio cultural da época. Deocélia era escritora de radionovelas. Por fim, a atriz e comediantes Maria Cândida dos Santos Vidal, conhecida como Maria Vidal, que fez cinema, teatro, rádio e televisão (MATTOS, 2002; VIANNA, 1984).

Destaca-se neste período que o Comitê Central parecia estar convencido sobre a necessidade do crescimento do partido entre as mulheres. Uma intervenção feita por Olga Maranhão durante o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em novembro de 1954, comprova esta preocupação do Comitê Central. Partindo do lema “*Ganhar milhões de mulheres para o programa do Partido*”, a intervenção de Olga Maranhão afirmava que,

Na atualidade, o Partido Comunista do Brasil, herdeiro das gloriosas tradições de luta do nosso povo, é que dirige as lutas das massas femininas, pelos direitos e interesses da mulher, pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional. O Partido nos ensina que a ação unida e organizada das grandes massas femininas é indispensável para assegurar às mulheres uma vida livre e feliz. A emancipação da mulher só seria definitivamente alcançada com a derrota do regime de latifundiários e grandes capitalistas serviçais do imperialismo norte-americano. Por este objetivo, luta o Partido Comunista, o mais ardoroso e conseqüente defensor dos direitos e interesses da mulher (...) Ganhar as massas femininas para as posições do Partido tem uma profunda significação política, pois se trata de atrair massas de milhões da população brasileira para o Programa do Partido. (MARANHÃO, 1954).

A intervenção de Olga Maranhão revelava o protagonismo que o PCB gostaria de ter entre as mulheres. Mas foi a intervenção de Iracema Ribeiro no mesmo IV Congresso que apresentou o melhor diagnóstico sobre a insuficiência da participação feminina no partido.

⁸ Em 1947, o Tribunal Superior Eleitoral declarou a cassação do registro do PCB sob a alegação de que o partido agiria contra os “preceitos democráticos da Constituição” (NETTO, 1986, p. 191).

⁹ Assim como o de Antonieta Campos da Paz, o seu acervo encontra-se atualmente no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ, no IFCS-UFRJ.

O trabalho do nosso Partido junto às massas femininas é ainda estreito. Falamos em dezenas e centenas, quando necessitamos de milhares de mulheres no Partido e milhões de mulheres para a luta democrática de libertação nacional. (...) O trabalho do nosso Partido entre as mulheres apresenta serias debilidades. O sectarismo é o principal entrave ao trabalho do Partido junto às massas femininas. As próprias Organizações de Base femininas criadas para facilitar o trabalho do Partido junto às grandes massas de mulheres, não têm cumprido satisfatoriamente sua missão. Em sua maioria as Organizações de Base femininas realizam mais o trabalho de agitação e propaganda, deixando de lado a tarefa fundamental para a qual foram criadas, isto é, mobilizar e organizar as mulheres partindo das suas reivindicações específicas, das lutas contra a carestia, pelo congelamento de preços, em defesa da infância e elevando-as até às lutas democráticas e emancipadoras. (...) Entrave não menor ao desenvolvimento do trabalho feminino tem sido o espontaneísmo com que ainda enfrentamos nossas tarefas. Têm sido poucas, por exemplo, as medidas práticas tomadas no sentido de ganhar para a luta revolucionária milhões de mulheres. (...) Tais debilidades devem-se, fundamentalmente, ao fato de que existe em nosso Partido, das direções às bases, incluindo até o Comitê Central, uma profunda subestimação pelo trabalho feminino. Nesse sentido, não se excetuam mesmo a maioria das companheiras membros do Partido. Boas companheiras negam-se a realizar o trabalho feminino de massas, alegando ser este cansativo ou desagradável. Toda esta subestimação é de origem ideológica. É comum ainda entre grande número dos nossos companheiros a maneira senhorial de tratar as camaradas (RIBEIRO, 1954).

Segundo o relatório de Sergio Holmos– praticamente um censo feito pelo dirigente comunista sobre os delegados presentes naquele IV Congresso -, eram mulheres cerca de 9,3% dos delegados. Em sua avaliação, “tão pequeno número de mulheres, entre as delegações, reflete a subestimação, ainda existente em nosso Partido pela formação e promoção de quadros femininos e pelo trabalho feminino de massas” (HOLMOS, 1954).

Além dos quadros eleitorais, o PCB também passou a fomentar a entrada de mulheres nos cargos de direção do partido. Neste período filia-se no ano de 1945 um dos mais importantes nomes da história do partido: Elza Monnerat. Eleita em 1962 para o Comitê Central do PCdoB, Elza foi uma das primeiras militantes a chegar ao Araguaia no fim da década de 60 e foi uma das sobreviventes da trágica “Chacina da Lapa” em 1976. Foi presa e solta apenas em 1979 com a anistia. Podemos lembrar ainda de Alzira Grabois, eleita, em 1958, para o comitê regional do PCB no Rio de Janeiro. Na década de 1950, Alzira participou da diretoria da Federação de Mulheres do Brasil e foi advogada do Sindicato da Construção Civil de Itaboraí e Rio Bonito (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000). Tanto Alzira, quanto Elza, fizeram parte do

racha do movimento comunista brasileiro ocorrido em 1962 e seguiram para o PCdoB.

No ano de 1962, o Partido Comunista do Brasil foi reorganizado. Naquele momento o partido era dividido em duas alas: uma “reformista” e outra “revolucionária”. A ala “reformista” pretendia seguir a via pacífica ao passo que a ala “revolucionária”, influenciada pelo maoísmo, acreditava na guerrilha no campo. Quando em 1961 a ala “reformista” mudou o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, PCB, os “revolucionários” convocaram a 5ª. Conferência do PCdoB, realizada em 18 de fevereiro de 1962. Mantiveram o nome Partido Comunista do Brasil, mas agora sob uma nova sigla, PCdoB(BUONICORE; RUY, 2010).

As comunistas na Ditadura Militar(1964-1979)

A atuação do PCdoB durante o período da ditadura militar deu-se principalmente através da Guerrilha do Araguaia. Praticamente todo o partido passou pela região, inclusive líderes como João Amazonas, Carlos Danielli e Maurício Grabois, morto na guerrilha. Mas já no Araguaia o PCdoB contou com enorme protagonismo das mulheres comunistas. Dentre os cerca de 80 guerrilheiros que foram para a região, podemos observar os nomes de 16 mulheres: Elza Monnerat; Helenira Resende; Dinalva Teixeira; Luzia Reis; Suely Kanayama; Lúcia Maria de Souza; Luiza Garlippe; Criméia Schmidt de Almeida; Jana Moroni; Áurea Valadão; Maria Célia Correa; Regilena da Silva Carvalho; Lúcia Regina Martins; Telma Regina Correia; Walkiria Afonso da Costa; e Rioko Kayano.

Mas a guerrilha do Araguaia não foi o único espaço de atuação das comunistas durante o período da ditadura militar. Um exemplo de outra forma de atuação pode ser visto em Olívia Rangel Joffily que, em 1973, recebeu a tarefa de ir para a Albânia junto com seu marido, Bernardo Joffily, para trabalhar na famosa Rádio Tirana. Mais tarde Olívia viria a ser uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres, UBM. O mesmo destino teve a presidenta do PCdoB-RJ, Ana Rocha. Filiada ao PCdoB desde 1973, Ana Rocha foi enviada para a Albânia em 1975 junto com seu marido, Edson Silva, para trabalhar na Rádio Tirana. Voltaram apenas em 1980. Foi editora da “Classe Operária” e em 1995 foi eleita presidenta do PCdoB-RJ, cargo que ocupou até 2011. Nas palavras de Ana Rocha,

O ano de 1973 foi marcante. Foi o ano em que me casei com Edson Silva, e o ano em que me filiei ao PCdoB, depois do destaque na luta estudantil. Era um ano de total clandestinidade, fui batizada com o nome de Bárbara. Foi em meio a esse ambiente tenso, com risco de prisão, que o PCdoB propôs que eu e Edson fôssemos para a Albânia, trabalhar na Rádio Tirana, na edição de língua portuguesa para o Brasil. Ninguém podia saber dessa missão, nem mesmo nossos familiares... Era tão secreta a missão, que Edson escreveu em minha mão: “Vamos para a Albânia” Não podia nem falar no assunto, as paredes tinham ouvidos (ROCHA, 2019).

Nesse conturbado início dos anos 70, o PCdoB passou por um processo político também de renovação e incorporação de quadros. A Ação Popular, organização política católica de esquerda, foi incorporada ao partido. Entre as muitas mulheres que eram da AP e passaram a fazer parte do PCdoB estavam a já mencionada Ana Rocha, e Jô Moraes – que, como veremos na seção seguinte, tornou-se em 1988 a primeira presidenta da União Brasileira de Mulheres e importante parlamentar do partido na Nova República. Em depoimento dado ao livro *Repressão e direito à resistência*, organizado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em 2013, Jô Moraes apresenta assim a sua entrada no partido:

Entreí para o PCdoB em 1973, como parte do processo de incorporação da AP. Como eu era uma simples militante na AP e não fazia parte da sua direção, o processo de adesão ao PCdoB foi mais fácil. Além disso, do ponto de vista político-ideológico, essa união foi como um desdobramento natural das opiniões e dos debates que fazíamos internamente. Naquele momento, eu dizia para mim mesma que estava saindo de uma organização fluída para um partido revolucionário. Aquela era uma importante etapa de transição da minha militância para um novo estágio de maior responsabilidade (MORAES, 2013, p. 279-280).

Ainda neste período, em 1976, aconteceu um dos episódios mais dramáticos da história do PCdoB, a já citada “Chacina da Lapa”, quando três importantes dirigentes do partido foram assassinados: João Batista Drumond, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Aqui cabe lembrar que entre os poucos sobreviventes estava Maria Trindade, que viria a falecer apenas em 9 de setembro de 1997, aos 74 anos, após uma longa vida dedicada ao partido. “Maria Trindade sobreviveu à traição e a delação da Lapa, às violências dos militares e aos anos de prisão para receptionar João Amazonas, na volta do exílio em 1979”, defende Konrad(2006).

As comunistas na Nova República(1985-2018)

Durante o período da redemocratização mais uma vez encontramos uma mulher comunista assumindo protagonismo na história do país. Trata-se da primeira mulher presidenta da União Nacional dos Estudantes, Clara Araújo. Nascida em 5 de junho de 1958, Clara foi eleita presidenta da UNE em 1982, durante o 34º Congresso da entidade em Piracicaba. Em depoimento registrado no livro *Memórias Estudantis* (2007), de Maria Paula Araújo, Clara conta que o fato de uma mulher ser eleita para a direção da UNE ainda causava estranheza no movimento estudantil.

Eu me lembro que as forças que se opunham à minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem, relacionadas com o fato de eu ser mulher. Algo assim: “Clarinha bonitinha”. Ao mesmo tempo que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança (ARAÚJO, 2007, p.240).

Estudante de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Clara foi ainda presidenta da UBMem 1989 e reeleita em 1994. A eleição de Clara abriu historicamente as portas para que outras seis mulheres viessem a ser presidentas da UNE: Gisela Mendonça em 1986, Patrícia de Angelis em 1991, Lúcia Stumpf em 2007, Virgínia Barros em 2013, Carina Vitral em 2015 e Marianna Dias em 2017. Essas quatro últimas presidentas da UNE também são filiadas ao PCdoB.

Na Nova República, é impossível falar sobre o protagonismo das mulheres comunistas sem mencionar o nome da pernambucana Luciana Santos, filiada ao partido em 1987. Em 1998, foi eleita deputada estadual em Pernambuco. Em 2000, Luciana foi eleita a primeira prefeita mulher do partido, na cidade de Olinda-PE. O sucesso da gestão comunista garantiu sua reeleição em primeiro turno no ano de 2004. Em 2009, Luciana assumiu a vice-presidência nacional do partido, cargo ocupado pela primeira vez por uma mulher. Em 2010, foi eleita deputada federal e em 2014 foi reeleita. Finalmente, em 2015, assumiu a presidência nacional do PCdoB, a primeira mulher a dirigir o partido após mais de 90 anos de história. Além disso, foi eleita vice-governadora de Pernambuco em 2018.

Outro nome de destaque é o da gaúcha Manuela D’Ávila. Filiada no partido em 2001, foi eleita a mais jovem vereadora de Porto Alegre, aos 23 anos, em 2004. Em 2006, foi eleita deputada federal e reeleita em 2010. Nessas duas eleições, Manuela foi a deputada mais votada no estado. Em 2014, preferiu voltar para o Rio Grande do Sul, onde foi eleita deputada estadual. Mas o grande protagonismo que

assumiu em sua carreira política foi a disputa presidencial de 2018, quando foi candidata à vice-presidência da República na chapa de Fernando Haddad, do PT. Manuela chegou ao segundo turno daquela eleição presidencial, o ponto mais alto que um comunista já atingiu na história do Brasil.

Quando falamos em políticas públicas para mulheres, o nome de outra comunista logo se destaca: Jandira Feghali. Em 2006, Jandira esteve na vanguarda de uma das mais importantes conquistas para as mulheres no Brasil: a aprovação do projeto de lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecido como Lei Maria da Penha. Relatado por Jandira, a lei trouxe para a legislação do país um maior rigor com relação à violência doméstica. Deputada federal desde o início da década de 90, Jandira assumiu em 2019 o posto de Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

Também foi na Nova República que uma mulher comunista chegou ao Senado pela primeira vez, com Vanessa Grazziotin, do Amazonas, eleita em 2010. Com efeito, o partido já havia conquistado cadeiras no Senado com Prestes em 1946 e Inácio Arruda em 2006.

Todo este longo processo de construção partidária, com crescente destaque para a participação e protagonismo das mulheres comunistas foi sintetizado em 2010 com a expressão formulada por Renato Rabelo, então presidente nacional do partido, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres: “O PCdoB é o partido da juventude e das mulheres”¹⁰. Tese semelhante é defendida pela senadora Vanessa Grazziotin: “Eu diria que o PCdoB hoje é conhecido não só como o partido da Juventude. De fato somos da juventude. Mas, somos o partido também das mulheres”, sustenta Grazziotin¹¹. Como veremos adiante, uma observação mais detalhada do perfil da bancada comunista na Nova República, em comparação com as demais bancadas partidárias, oferece algum grau de legitimidade para a insígnia proposta por Rabelo e Grazziotin.

Entre 1994 e 2019, a participação das mulheres comunistas do PCdoB na Câmara dos Deputados foi significativa. Quando comparamos essa participação feminina das deputadas do PCdoB com as bancadas dos outros partidos da esquerda

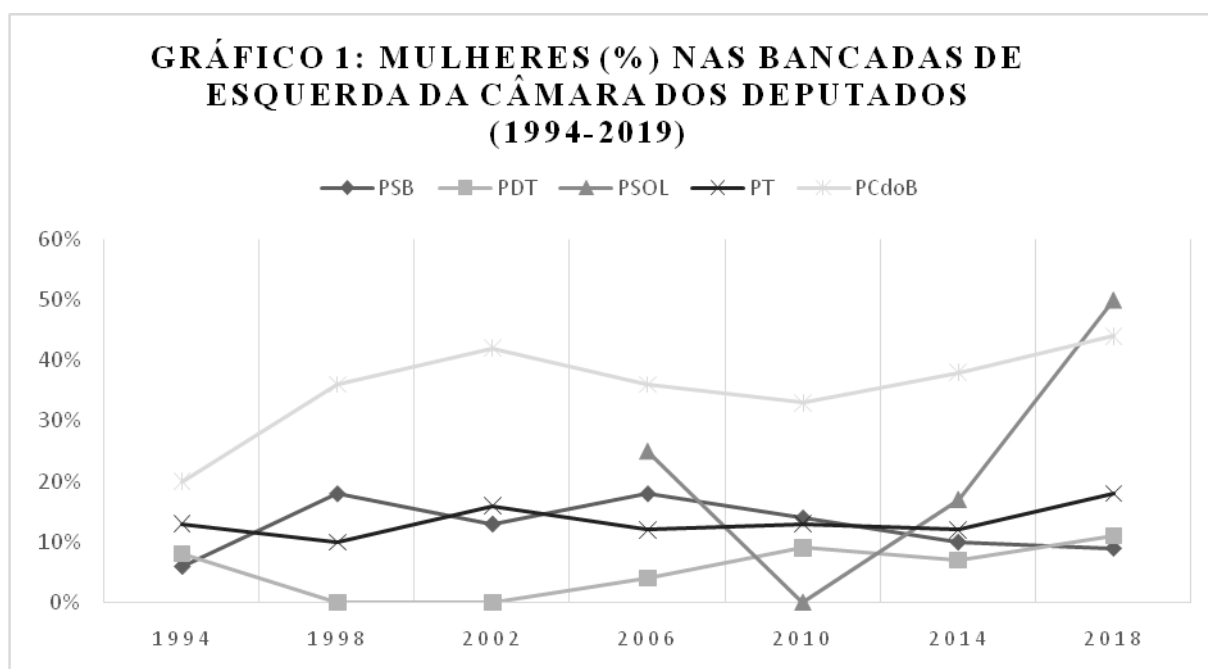
¹⁰ *Vermelho*, 19.03.2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/pi/noticia/126175-1>

¹¹ PCdoB BA. Disponível em: <https://www.pcdobba.org.br/vanessa-grazziotin-o-pcdob-e-o-partido-das-mulheres-e-contribuiu-para-muitas-conquistas/>

do espectro político, a diferença realça aos olhos. Da eleição de 1998 até 2019, o PCdoB manteve sempre mais de 30% da sua bancada formada por mulheres. Em duas legislaturas esse número foi superior a 40%. Nenhum outro partido político de esquerda ou centro-esquerda conseguiu algo semelhante. O PSOL chegou em 50%, mas apenas no último mandato eleito em 2018. PT e PSB nunca passaram de 18% de participação feminina em suas bancadas na Câmara. O pior resultado é certamente o do PDT que, por duas vezes, em 1998 e 2002, não conseguiu eleger nenhuma mulher. A Tabela 1 resume esses dados e o Gráfico1 ilustra a diferença.

Tabela 1: Mulheres (%) nas bancadas de esquerda da Câmara dos Deputados (1994-2019)¹²

	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PSB	6%	18%	13%	18%	14%	10%	9%
PDT	8%	0	0	4%	9%	7%	11%
PSOL				25%	0	17%	50%
PT	13%	10%	16%	12%	13%	12%	18%
PCdoB	20%	36%	42%	33%	40%	40%	45%



¹²Elaboração do autor a partir dos dados da Câmara dos Deputados. Os dados são referentes a todo o período do mandato daquele ano-base da eleição. Por exemplo: os dados do ano-base 1994 se referem a todo o período do mandato (1995-1999). O mesmo vale para o Gráfico 1.

Esse fenômeno das comunistas é uma exceção na política brasileira. O percentual de mulheres da bancada comunista não está acima apenas dos partidos de esquerda, mas também da média da Câmara dos Deputados, que nunca passou de 20%. Se em 2010 o percentual de mulheres na Câmara estava em 9% e, em 2014, em 10%, em 2018 esse número passou para 15%. A média brasileira é, de fato, muito baixa. De acordo com o Projeto Mulheres Inspiradoras, o Brasil ocupava em 2017 a 115ª. posição num ranking de participação feminina no Parlamento formado por 138 países. Conforme esse ranking, entre os países com maior percentual de mulheres no Parlamento estão Ruanda (63,8%), Bolívia (53,1%), Cuba (48,9%), Islândia (47,6%), Suécia (43,6%), Senegal (42,7%), México (42,4%), África do Sul (41,8%), Equador (41,6%) e Finlândia (41,5%)¹³. Para o *Global Gender Gap Report 2018*, ranking do Fórum Econômico Mundial com a presença de 149 países, o Brasil estava na 126ª. posição em participação de mulheres no parlamento em 2018¹⁴. Já o *Inter-Parliamentary Union* coloca o Brasil, em 2019, na 132ª. posição entre 193 países¹⁵. Ou seja, praticamente todos os índices internacionais confirmam o mau posicionamento brasileiro quando o assunto é participação feminina no parlamento.

Uma das tentativas de superar essa histórica assimetria se deu com a criação da lei de cotas, Lei nº 9504/1997, que passou a vigorar em 1998. Por essa lei, os partidos deveriam apresentar nas eleições um número mínimo de 30% de mulheres candidatas. Mas esse percentual legal de candidaturas não se reproduz em mulheres eleitas. Segundo a coordenadora da bancada feminina na Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), os resultados demonstram que a lei brasileira ainda é insuficiente: “É um resultado decepcionante. Ele mostra que a política de inclusão das mulheres nas instâncias de poder está fadada ao fracasso, está falida”¹⁶. Para o PCdoB, a maior inclusão de mulheres no parlamento só ocorrerá se uma reforma política mais profunda for aprovada. O partido defende uma reforma política que altere o sistema eleitoral brasileiro para o modelo de voto proporcional de lista

¹³ Agência Brasil, 30.03.2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>

¹⁴ Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf

¹⁵ Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

¹⁶ Câmara dos Deputados, 06.10.2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475459-BANCADA-FEMININA-CRESCE-DE-45-PARA-51-DEPUTADAS.html>

fechada, com o mecanismo da alternância de gênero¹⁷. Conforme diz a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “com o eleitor votando na legenda e a lista alternada, os partidos serão fortalecidos e nossa representação crescerá. Isso já acontece na Argentina, onde as mulheres ocupam 38% das vagas no parlamento”¹⁸.

A literatura especializada confirma esse entendimento das comunistas. Como observou Feitosa (2012, p. 164) em seu estudo sobre as eleições de 2010, “o aumento do número de candidatas não necessariamente de traduz no crescimento do número de eleitas”. A literatura (ARAÚJO, 2001a e 2001b; ARAÚJO; ALVES, 2007; BOLOGNESI, 2012) já demonstrou como aquele tipo de cota, em termos de candidaturas pode ser considerada parcialmente positiva, mas se tratando de eleição, é inócua. Por que isso acontece? “Um dos fatores que devem ser considerados é a existência de uma dificuldade maior no acesso das mulheres aos recursos da competição eleitoral”, sustenta Feitosa (2012, p. 164-165). Em trabalho mais recente sobre o tema, Wylie, Santos e Marcelino (2019) demonstram em profundidade como a lei sobre cotas de gênero no Brasil está associada ao aumento do número de candidatas laranjas. Dito de outro modo, os partidos encontraram um modo de burlar a lei. Na prática, os partidos preenchem a cota de 30% de candidatas, mas não disponibilizavam recursos para essas candidatas. Além disso, muitos das mulheres na lista estavam lá apenas para preencher o requisito legal.

Foi para corrigir essa assimetria que, em sua mais recente intervenção no sistema eleitoral brasileiro, em maio de 2018, o TSE, decidiu que os partidos devem repassar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para candidaturas de mulheres. De acordo com o TSE, o patamar de 30% vale também para a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Com efeito, o que o TSE fez foi apenas regulamentar uma interpretação mais ampla que já havia sido tomada pelo STF em março de 2018. Naquela ocasião, o STF tratou do Fundo Partidário. Assim, o TSE trouxe a mesma interpretação para o Fundo Eleitoral e para a distribuição de tempos de rádio e televisão nas eleições. A importância dos recursos financeiros em processos eleitorais é bem conhecida na literatura especializada (BALLINGTON, 2003; SAMUELS, 2001; SACCHET, 2011). Sacchet e Speck, (2012b, p. 417)

¹⁷Senado, 26.10.2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/26/reforma-politica-vanessa-defende-lista-pre-ordenada-com-alternancia-de-genero>

¹⁸Vermelho, 28.03.2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/150520-1>

concordam que “um percentual baixo de candidaturas femininas oferece um leque menor de opção para a escolha dos eleitores, resultando, conseqüentemente, num reduzido número de mulheres eleitas”. Mas, sustentam os autores, apenas aumentar o número de candidatas, como fez a lei de 1997, não é o suficiente para resolver o resultado final da assimetria política de gênero. Ao comparar o financiamento de campanhas de homens e mulheres nas eleições de 2006, os dois autores concluíram “que o financiamento eleitoral é um dos principais fatores que explica o baixo desempenho eleitoral das mulheres” (SACCHET; SPECK, 2012a, p. 195).

Uma das principais críticas que a decisão do TSE sofreu foi a de judicializar a política. Mas sem a judicialização, talvez a proposta jamais fosse aprovada. Essa, ao menos, foi a tese das mulheres deputadas e senadoras que entraram com o pedido que resultou na decisão do TSE. Esse pedido foi formalizado por meio de uma consulta ao TSE, que foi assinada por 14 parlamentares de 6 partidos: PCdoB, PT, PMDB, PR, PSB e PSD. A estratégia da judicialização como forma de tangenciar a dificuldade de aprovação no Legislativo foi clara. “Não foi votado na reforma eleitoral porque não ia passar. Quando tentamos avançar, somos brecadas”, justificou a então senadora Vanessa Grazziotin, procuradora da mulher no Senado¹⁹.

De fato, outras propostas de reforma política que poderiam impulsionar a participação política de mulheres eram debatidas há bastante tempo, mas nunca foram aprovadas no Congresso Nacional. A principal delas talvez fosse a alteração do sistema eleitoral de voto proporcional de lista aberta, como temos hoje no Brasil, para o de lista fechada com alternância de gênero, como existe na Argentina (ARAÚJO, 2010; FEITOSA, 2012). A proposta de movimentos feministas é a de que, com a lista fechada com alternância de gênero, seria implementada uma cota não entre candidatas, mas entre eleitas. “Com o eleitor votando na legenda e a lista alternada, os partidos serão fortalecidos e nossa representação crescerá. Isso já acontece na Argentina, onde as mulheres ocupam 38% das vagas no parlamento”, defendia a senadora Vanessa Grazziotin em 2011²⁰. A mesma medida foi defendida pela ex-ministra do TSE, Luciana Lóssio, em 2017: “vejo com muita simpatia a lista fechada, agora é importante aqui fazermos uma adequação no que toca a alternância

¹⁹Huffpost, 20/03/2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/03/20/senadoras-e-deputadas-pressionam-tse-por-cota-para-mulheres-no-fundo-eleitoral_a_23390629/

²⁰ Portal Vermelho, 28/03/2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/150520-1>

de gênero. Em muitos países, como a Argentina e o México, foi a lista fechada que permitiu o incremento da participação feminina no Parlamento”²¹. Essa proposta é corroborada pela literatura especializada. Em 2000, Htun (2001, p. 227) já havia percebido que “a natureza do sistema eleitoral de cada país afeta significativamente o sucesso da política de cotas”. Para a autora, “a lista fechada funciona melhor do que a lista aberta, porque o partido tem condições de controlar a inclusão da mulher na lista”(HTUN, 2001, p. 230).Mais recentemente, Spohr et al (2016) estudaram de forma comparada 14 países latino-americanos e comprovaram a hipótese do efeito cumulativo: a combinação de lista fechada e existência de cotas potencializa a eleição de mulheres no Legislativo. O Parlamento, no entanto, nunca encontrou maioria para aprovar uma Lei nessa direção de mudança do sistema eleitoral de lista aberta para a lista fechada. Por essa razão, a opção pela judicialização, com a regulamentação da distribuição dos recursos dentro do próprio sistema de lista aberta, pareceu ser um atalho para a agenda feminista.

Falamos até aqui da participação parlamentar. Mas na direção nacional do partido, o chamado Comitê Central, a participação feminina também tem se ampliado no período mais recente. No 11º Congresso, em 2005, o partido elegeu para o Comitê Central 79% (63) de homens e 21% (17) de mulheres. No ano de 2009, durante o 12º Congresso, foram eleitas 30% de mulheres, correspondendo a 31 membros do sexo feminino e 70% de homens. Em 2013, no 13º Congresso, a proporção foi praticamente mantida em 31% de mulheres. Finalmente, no 14º Congresso, em 2017, foram eleitos 131 integrantes para a direção nacional, sendo 45 mulheres, ou 35%. Mas, sob a perspectiva da participação das mulheres, o evento mais importante desse 14º Congresso foi a eleição de Luciana Santos para a presidência nacional do partido. Na análise comparada entre os partidos de esquerda, o PCdoB supera o PSB. Na direção nacional do PSB, eleita em 2018, há 137 nomes com 22 mulheres e 115 homens, o que representa apenas 16% de mulheres. Nesse quesito, no entanto, o PCdoB fica atrás do PT e do PSOL. Dos 95 nomes eleitos para a Direção Nacional petista, em 2018, 45 eram mulheres, ou 47%. No PSOL, esse número está em 50%.

A redemocratização representou, de certo, um ponto de inflexão na política do partido relacionada às mulheres. De fato, ainda em fins da ditadura, em 1983, mas já

²¹ Exame, 10/05/2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ex-ministra-cobra-paridade-entre-homens-e-mulheres-em-eleicoes/>

em vias da transição democrática, o 6º. Congresso do PCdoB trouxe um informe especial, “A luta pela emancipação da mulher”, que fundamentou as bases da corrente emancipacionista e as tarefas do Partido para o período imediatamente posterior. Assim, foi lançada em 1986 a Revista Presença da Mulher e, em 1988, fundada a União Brasileira de Mulheres. Em 1988, o 7º. Congresso aprovou um novo Programa do Partido, em que o item 14 foi dedicado aos Direitos da Mulher. Em 2007, há um salto qualitativo com a realização da 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB. Agora não são apenas informes em Congressos, mas sim Conferências e estruturas próprias para o debate sobre a questão da mulher no partido (PCDOB, 2007). O estatuto do partido também deixa de ser um documento meramente burocrático e passa a ser também programático. Uma seção “O partido e as mulheres” é incluída no Estatuto com três artigos que regulam a participação das mulheres nas direções partidárias – cota de 30% - e transforma a Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB em um fórum permanente (PCDOB, 2017).

Com efeito, a literatura indica que partidos de esquerda são os que mais se preocupam com o tema das mulheres e concretizam tal preocupação por meio de estratégias específicas. Mas falar apenas em “partidos de esquerda” ainda é uma definição muito ampla. Em suas pesquisas, Santos, Paula e Seabra (2012, p. 285) constataram que “não são quaisquer partidos de esquerda, mas sim os que possuem vínculos orgânicos com movimentos sociais ligados ao problema. E estes são apenas dois: PCdoB e PT”. A partir de estudos de caso sobre os estados do Rio de Janeiro e do Ceará nas eleições de 2010, os autores observaram que “apenas o PT e o PCdoB apresentaram consistência de estratégias ‘pró-gênero’” (SANTOS; PAULA; SEABRA, 2012, p. 309). Ainda que não seja esse o objetivo, a presente pesquisa parece corroborar ou, no mínimo, ilustrar essa hipótese.

Considerações finais

Em seu clássico *O 18 Brumário*, Karl Marx nos ensina que devemos saber distinguir aquilo que um partido afirma idealmente ser daquilo que de fato é na realidade concreta. Em suas palavras,

assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de

sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade (MARX, 1969, p. 45-46).

Como vimos, o PCdoB se apresenta na Nova República como o “Partido das Mulheres”. Mas será que essa narrativa se sustenta na realidade? Se for analisada apenas a variável “participação no parlamento” encontraremos uma confirmação da hipótese. O PCdoB foi o partido com a maior participação proporcional de mulheres na Câmara dos Deputados de 1994 até 2017. Mas a literatura sabe que essa variável isolada não é suficiente para dizer que esse seja um partido feminista ou promotor de políticas públicas para mulheres (CHILDS, 2013). Por exemplo, um olhar mais rigoroso e crítico poderia dizer que, apesar de ter uma mulher como presidente nacional, a participação feminina nos organismos de direção internos do PCdoB, ainda que alta em relação ao sistema partidário, é menor do que em outros partidos de esquerda como o PT e o PSOL. Por esse critério, haveria outras legendas que poderiam ser designadas como “Partidos das Mulheres”. Contudo, diferente de Marx, a preocupação do presente artigo não é comprovar se a prática do partido comunista no Brasil condiz com o seu discurso. Não se trata, portanto, de realizar testes empíricos capazes de provar se o partido é ou não é o “Partido das Mulheres”. O que se buscou fazer foi demonstrar o percurso histórico percorrido pelo partido até a construção da narrativa em torno do “Partido das Mulheres”.

Na década de 40, o Partido Comunista era conhecido por uma parcela da população brasileira como “o Partido de Prestes”. De fato, o próprio PCB estimulava esse tipo de associação (PANDOLFI, 1995, p. 128). A partir da década de 70, longe de Prestes e do reformismo do Partido Comunista Brasileiro, o PCdoB construiu uma mística em torno da Guerrilha do Araguaia e passou a ser conhecido como “o Partido do Araguaia”. No período mais recente, o PCdoB passou a considerar a insígnia “o partido da juventude e das mulheres”. É nesse sentido, sob o registro da memória, que o então presidente nacional, Renato Rabelo, passou a considerar a relação histórica do seu partido com as mulheres: “Nossa luta ao lado das mulheres não é de hoje, começou lá atrás. Elas, ao lado dos trabalhadores e jovens, compõem a força motriz do nosso Partido. Ao longo de seus 92 anos de história, o PCdoB buscou

externar a força das mulheres”²². Essa memória que reafirma sua identidade de “Partido das Mulheres” também é lembrada pela senadora Grazziotin:

O mais importante é que o aprendizado que a gente tem com a teoria, a história, a gente tem uma aplicação muito prática e que tem trazido resultados positivos, fenomenais, para o Partido. Não é uma questão casual. Há bastante tempo, somos um partido com mais mulheres em sua bancada parlamentar. É um reflexo de uma consciência e prática interna que nós temos. A política de cotas é muito recente e a gente, bem antes, já tinha uma presença feminina significativa. Somos mulheres formadas nas fileiras partidárias desde a juventude. É o meu caso, o da Manuela, da Luciana, da Jô, da Alice²³.

A Nova República representa uma importante transição na dinâmica interna do partido. As principais lideranças femininas são as que foram formadas organicamente na estrutura partidária. Suas trajetórias, em geral, têm origem no movimento estudantil e não no movimento operário. Como diz Grazziotin, na passagem supracitada, são “mulheres formadas nas fileiras partidárias desde a juventude”. É esse o cenário que reforça a identidade do “Partido das Mulheres” na memória comunista.

O presente artigo buscou compreender como esta insígnia faz parte da construção da identidade do próprio partido, e, para isso, a construção e afirmação de sua própria memória é determinante. Como nos mostra Le Goff (1990), “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Curiosamente, ao mesmo tempo em que o partido se reivindica como o “Partido das Mulheres”, pouco ou quase nada foi sistematizado sobre essa história de forma a colaborar com essa assertiva. Encontramos aqui uma certa tensão contraditória: de um lado uma história que nunca foi contada como deveria pelos atores políticos envolvidos; do outro, uma memória que precisa e que quer ser lembrada por esses mesmos agentes. Dito de outro modo, é como se o partido quisesse construir uma nova identidade – “o Partido das Mulheres” -, mas sem valorizar a memória que poderia reafirmar essa identidade. Como vimos ao longo do artigo, ainda que a participação das mulheres no Partido Comunista tenha sido muito importante a partir da década de 40, foi somente na Nova República que esse protagonismo se concretizou em números. Ainda que esse não seja o foco analítico da

²² Disponível em: <https://renatorabelo.blog.br/2014/03/08/as-mulheres-sao-uma-das-forcas-motrices-do-pcdob/>

²³ PCdoB BA. Disponível em: <https://www.pcdobba.org.br/vanessa-grazziotin-o-pcdob-e-o-partido-das-mulheres-e-contribuiu-para-muitas-conquistas/>

pesquisa, a alta participação proporcional das comunistas na Câmara dos Deputados é, provavelmente, o melhor elemento para a corroboração atual dessa narrativa. Mas é na recuperação da história da participação das mulheres no partido que a construção dessa identidade pode ser reafirmada.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maria Aparecida (org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: IPEA, 2011.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2012.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ARAUJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 18, n. 2, 2010.
- _____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 24, June 2005.
- _____. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001a.
- _____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001b.
- _____; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2007.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- _____. **O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1989.
- BALLINGTON, J. Genderequality in politicalpartyfunding. In: AUSTIN, R; TJERNSROM, M. (orgs). **Fundingofpoliticalpartiesandelectioncampaigns**. Stockholm: Idea, 2003.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.
- _____; AVELAR, Lucia. (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. v. II. São Paulo: EDUSP, 2019.
- BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v.35, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Revista Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012.

BUONICORE, Augusto; RUY, José Carlos. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

CARONE, Edgard. **O PCB (1922-1943)**. São Paulo, Ed. Difel, 1982.

_____. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo, Ed. Difel, 1980.

CHILDS, Sarah. Intra-Party Democracy: A Gendered Critique and a Feminist Agenda. In: CROSS, W. P.; KATZ, R.S. (Eds.). **The challenges of intra-party democracy**. Comparative politics. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatas e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2012.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 11-18, June 2010.

HENN, Leonardo Guedes. A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 1, nº. 3, Março de 2012.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Mulheres Vermelhas: a escrita masculina sobre a mulher comunista durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Florianópolis, **Anais Eletrônico Fazendo Gênero**, 9, 2010.

HOLMOS, Sergio. Relatório da Comissão de Mandatos do IV Congresso do PCB. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, nº 64, dezembro de 1954.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001.

KINOSHITA, Dina Lida. **As mulheres do PCB/PPS**. Palestra proferida na abertura do I Encontro Nacional de Mulheres. Brasília, 13 de setembro de 2003.

KONRAD, Diorge. **Maria e os 30 Anos da Chacina da Lapa**. Portal Vermelho, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARANHÃO, Olga. Ganhar milhões de mulheres para o programa do partido. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, nº 64, dezembro de 1954.

MARX, Karl. **O 18 Brumário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MATTOS, D. J. L. **O espetáculo da cultura paulista. Teatro e TV em São Paulo, 1940-1950**. São Paulo: Códex, 2002.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 197-231, Dec. 2014.

MORAES, Jô. Maria do Socorro Jô Moraes. In: **Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PCDOB. **Estatuto do Partido Comunista do Brasil – PCdoB**. Versão aprovada no 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2017.

_____. **Documento da 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher**.

Documento apresentado durante a 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB. Luziânia-GO, 31 de março de 2007.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e políticos**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Vol. I. São Paulo: Martins, 1969.

RIBEIRO, Iracema. O Trabalho Feminino Dever de Todo o Partido. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, nº 64, dezembro de 1954.

RIDENTI, M. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, vol.2, n.2. São Paulo: USP, 1990

ROCHA, Ana. Vamos para a Albânia! **Portal Vermelho**. 05 de maio de 2019.

RODRIGUES, Sergio. **Elza, a garota**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas no Brasil. In: PAIVA, D; BEZERRA, H. D. (orgs). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

_____; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opin. Publica**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, June 2012a.

_____; SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2012b.

SAMUELS, David. Money, elections, and democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, Issue 2, 2001.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: militância e memória. **Em Tese**. Belo Horizonte, v. 9, p. 99-106, dez. 2005.

SANTOS, Fabiano; PAULA, Carolina; SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2012.

SCHMITT, Rogerio. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SPOHR, Alexandre Piffero et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, Aug. 2016.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

VIANNA, Deocélia. **Companheiros de Viagem (memórias)**. Pesquisa de Maria Célia Teixeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos; MARCELINO, Daniel. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. **Opin. Publica**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 1-28, abr. 2019.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

ZENI, V. M. Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas décadas de 40 e 50. In: CODATO, A. & KIELLER, M. (orgs.). **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964)**. Curitiba: UFPR, 2008.

*Recebido em Setembro de 2019
Aprovado em Novembro de 2019*